



Entidades de união e de apoio a brasileiros e brasileiras no exterior

Carmem Lussi*

Introdução

O tema das migrações coloca na pauta o tema da alteridade. O 'outro', que na história deste país chegou de longe como imigrante e foi capaz até de reverter as posições atribuindo a alteridade ao nativo, transformou-se em cidadão, fazendo do Brasil um dos países no mundo de maior alteridade no tecido social e antropológico interno. Com Milena Meo¹, nos perguntamos hoje, se "é possível representar positivamente a realidade do outro ou se devemos, ao contrário, simplesmente evocá-la, reconstruindo uma experiência de nós mesmos".

O tema do 'outro', que desde sempre a imigração produziu no Brasil e que passou para a heterogeneidade constitutiva atual do país, se reapresenta nos últimos anos com características novas. Novas ao menos nos desafios que traz consigo: o reconhecimento – ou o não-reconhecimento – do 'outro', que é o brasileiro e a brasileira que decidiu – admitindo que foi decisão deliberada – viver fora das fronteiras deste país². Trata-se de um 'outro' muito singular, pois é uma alteridade intrínseca, é um outro 'contido' na identidade e até na configuração real do nós que é este povo, o qual hoje se pergunta sobre este 'outro' que, parafraseando J. Kristeva³, "nos habita".

A provocação vai além da necessidade de colocar coerentemente o discurso, para desvelar a posição da qual tratamos o tema. Este 'outro' que convoca o Brasil à auto-crítica e à políticas novas, "prescinde de diversidades culturais reais na determinação de sua identidade". Esta diversidade emergente é exaltada com dúplice fim. Por um lado, reverte a exclusão contingente da emigração em inclusão em alguma instância que assegura

* Mestre em Missiologia. Trabalhou com migrantes e refugiados na Alemanha, Itália e República Democrática do Congo. Atualmente é diretora do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios e da Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU e membro da Consulta Permanente sobre os Direitos Humanos dos Migrantes na América Latina e Caribe. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Mobilidade Humana.

¹ MEO, Milena. *Lo straniero inventato*. Riflessioni sociologiche sull'alterità. Milano: FrancoAngeli, 2007, p. 19.

² "Se o Brasil não é outra coisa senão um continente que fala a mesma língua e tem o mesmo Presidente, o reflexo da sua migração não poderia ser outra coisa que não fosse a *nossa* diversidade sociocultural e injustamente econômica." CARVALHO, Flavio. "Eu sou o Brasil em mim", 2007. Fonte: http://www.csem.org.br/artigos_port_artigos08.html

formas eficazes de acesso a direitos humanos, aqui e lá fora; por outro lado, chama atenção aos muros que a exclusão do 'outro' produz, contra os quais faze-se necessários muitos passos, ações e esforços para impedir que cresçam, para superá-los e por vezes derrubá-los. Assim, o tema da alteridade referido às migrações conduz ao tema dos direitos humanos e de quem é interlocutor e protagonista na promoção e defesa dos mesmos.

Nestes processos, assumem um papel importante as formas de agregação, organização, articulação entre e/ou a favor dos sujeitos dos fluxos migratórios e até mesmo de quantos, estranhando-se aos fluxos, buscam metas e encontram percursos de felicidade em caminhos muito menos percorridos⁴. Pelo viés das organizações de, e para migrantes o Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CSEM de Brasília, dialogou com lideranças e estudiosos/as de brasileiros e brasileiras no exterior, sobre a promoção e a defesa de seus direitos. O presente artigo apresenta parte dos resultados desta pesquisa, iniciando por refletir com autores especialistas no tema sobre características e funções das entidades que, atualmente, exercem interlocução sobre este assunto, em nome de, com ou pelos migrantes brasileiros e brasileiras que vivem temporariamente ou definitivamente em outros países do mundo.

1. Entidades de união e entidades de apoio

A apresentação dos dados da pesquisa sobre direitos humanos e protagonismo dos migrantes pelo viés do associativismo e, mais concretamente, das organizações em geral de ou para brasileiros e brasileiras no exterior, requer uma reflexão *a priori* sobre a identidade e configuração das mesmas. Não foi realizado um estudo analítico sobre as organizações que responderam ao questionário; todavia, muitas pesquisas, sobretudo junto a organizações de emigrantes mexicanos e de imigrantes na Europa, sugerem elementos de análise e aprofundamento que ilustram o debate. Para os fins do presente estudo, três aspectos serão considerados mais de perto: as ambigüidades e efeitos perversos das organizações de e para migrantes; as possibilidades na complexidade e os ganhos emergentes.

³ KRISTEWA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

⁴ Segundo as estimativas do Ministério das Relações Exteriores, 90% dos emigrantes estão em somente 20 países do mundo. Cf. o artigo de Roberto Marinucci "Brasileiros e Brasileiras no exterior" em http://www.csem.org.br/artigos_port_artigos08.html onde são apresentados tabelas e gráficos a partir de dados oficiais e das estimativas dos últimos 5 anos.

1.1 As ambigüidades e efeitos perversos

As organizações de migrantes e para migrantes em geral e as entrevistadas pelo CSEM nos últimos meses em particular, nascem espontaneamente e com as modalidades mais variadas. Efeito e meta primordial é o binômio da visibilidade e do poder contratual. Este binômio é ao mesmo tempo restrito aos associados e simpatizantes diretos da organização – e o é tanto mais quanto menor é o número de organizações em um território – e é simbolicamente inclusivo de toda a coletividade presente no contexto.

Tal efeito tem uma força contemporaneamente de agregação e de oposição ao desenvolvimento da entidade, a qual não é possível gerenciar, porque se situa em nível simbólico e relacional, prescindindo das possibilidades de gestão, sendo ao mesmo tempo uma dinâmica psicológica e sociocultural. As organizações tendem a buscar saída do impasse através do cuidado pela efetiva representatividade⁵. Neste esforço, as organizações que procuram subtrair-se ao efeito perverso de uma possível contraposição entre as bandeiras da própria organização e os efetivos anseios e necessidades de extratos específicos da coletividade no território, estabelecem canais de interlocução. Tais canais vão, de espaços de efetivo diálogo, até estudos acadêmicos analíticos, de modo a fazerem-se cargo de instâncias que interpretam expectativas e até metas da respectiva coletividade. Tais estratégias resultam de poder expressivo de legitimação das organizações e maior poder contratual junto a entidades 'outras'; poder este, a sua vez, gerenciável com maior ou menor transparência e respectiva ambigüidade.

Mesmo a visibilidade favorecida e, muitas vezes buscada pelas organizações, pode reverter-se em dilema para muitos migrantes que, por alguma razão, não podem ou não querem participar das organizações. No caso de coletividades com forte presença de pessoas em situação administrativa irregular ou em casos de estereótipos prevalentes, como por exemplo o que une mulher-brasileira a profissional-do-sexo, a presença ativa de organizações de migrantes pode significar e suscitar formas de resistência e até mesmo de oposição da grande coletividade em relação às formas associativas informais e, principalmente, as formais, normalmente iniciadas por números limitados de pessoas.

⁵ Adota-se aqui por representatividade simplesmente a definição dada pelo Dicionário Houaiss da língua portuguesa: "qualidade de alguém, de um partido, de um grupo ou de um sindicato, cujo embasamento na população faz que ele possa exprimir-se verdadeiramente em seu nome."

Na busca por equilíbrio entre exclusão e legitimidade das entidades de migrantes, o serviço assegurado para responder a situações individuais de necessidade é indicador fundamental para a continuidade e o reconhecimento da organização junto ao respectivo coletivo. Necessidades fundamentais de uma pessoa migrante podem tornar-se, pela intrínseca solidariedade étnica que as migrações forjam, um problema de toda a coletividade, especialmente em casos extremos. Positivamente, tal identificação favorece a agregação e até mesmo a busca por estratégias coletivas para a solução de problemas que atingem, por vezes, parte expressiva da coletividade.

A função assistencial das associações [são] um mecanismo que contribui para dar legitimidade social de sua utilidade frente a seus compatriotas e ao resto da comunidade. /.../ Os e as migrantes pedem serviços de caráter claramente assistencial, enquanto que as associações buscam aproximar-se cada vez mais a um modelo de intervenção mais formativo, participativo e político; todavia, emerge a tendência a cumprir um papel mais simbólico de relação social e lúdica⁶.

Um dos pontos frágeis do associativismo étnico é seu peso secundário quando entra como um dos critérios de escolha e investimento dos migrantes, “respeito ao alcance do projeto migratório de seus membros”⁷, o que pode chegar a representar até mesmo o desaparecimento da associação. As entidades de união de migrantes tendem a consolidarem-se em torno a metas de curto prazo, o que resulta normalmente em estratégia que premia pela incidência que obtém junto aos respectivos coletivos. Todavia, o curto prazo muitas vezes está relacionado às etapas do projeto migratório das lideranças das mesmas organizações, as quais tendem a priorizar seus percursos individuais a sacrificar-se pela consolidação e desenvolvimento das organizações, que nem sempre sobrevivem à passagem de etapa de projeto migratório de suas primeiras lideranças. Além disso, depende muito da etapa que o respectivo fluxo migratório está passando.

Os indicadores que descrevem o grau de maturidade alcançado pela imigração são os encaminhamentos crescentes que se registram no decorrer do tempo e que emergem dos dados relativos à inserção no mundo do trabalho, a questão da moradia, as reuniões familiares. /.../ Tais fenômenos, gerando a presença [mais] estável de novos núcleos de população, funcionam também como aceleradores de percursos de inserção

⁶ BLAZQUEZ RODRIGUEZ, Maria Isabel; MAZARRASA ALVEAR, Lucia; OTERO GARCIA, Laura. “Aproximación a las asociaciones africanas como agentes de salud en sus comunidades inmigrantes. Experiencias desde la práctica”. Trabajo del grupo del Departamento de Programas de Salud. Escuela Nacional de Sanidad. Instituto de Salud Carlos III. *Interculturalidad* – Suplementos n. 11, junio 2004, pp. 78.

⁷ IDEM, p. 79.

dos novos imigrantes nas respectivas áreas. /.../ o que reduz a mobilidade no território de chegada⁸.

Tal maturidade favorece formas organizativas que se consolidam no tempo. O que emerge dos estudos contextualizados sobre associativismo em emigração é que, paralelamente ao seguir-se de etapas diferentes nos fluxos migratórios das respectivas comunidades étnico-nacionais ou lingüísticas, seja sob o perfil da quantidade que da composição demográfica e sociológica dos grupos, as formas de auto-organização também se transformam. Estas se adequam, correndo riscos de desaparecer ou de serem favorecidos processos de consolidação institucional e legitimação junto às instituições publicas, mais do que junto às próprias coletividades, que mudam no decorrer do tempo.

Os recentes estudos sobre organizações de migrantes se concentram prevalentemente no transnacionalismo. Entende-se por “transnacionalismo migrante” o “fenômeno recentemente identificado” das associações de migrantes que “apresentam ligações sustentadas e multiformes com as respectivas comunidades de origem”⁹. O dinamismo, ainda muito escasso entre as organizações de brasileiros e brasileiras no exterior, de inter-relação, parcerias, projetos junto a – ou em favor de – realidades locais nos países de origem¹⁰, configura e consolida as organizações, levando-as a optar por metas e estratégias delimitadas e mais bem definidas, recebendo progressiva legitimação pelo caminho percorrido, mais do que pelas metas que se propõe alcançar e, ao mesmo tempo, supera o risco de estagnação de planejamento e relações internas em uma ou outra fase da migração.

Um interessante estudo sobre organizações de mexicanos nos Estados Unidos¹¹ ilustra como associações de migrantes se diferenciam de outras formas de transnacionalismo

⁸ COMUNE DI REGGIO EMILIA. Area Servizi alla Persona. Centro per lo sviluppo delle relazioni interculturali. *Mondinsieme ...per participaRE la città. Le associazioni di immigrati a Reggio Emilia. Rapporto 2003.* p. 7.

⁹ Cf. CARREIRO, Maria João. “Dinâmicas transnacionais protagonizadas por Associações de Migrantes Guineenses em Portugal”. *CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia*, e-Working Paper n. 26/2007, p. 3.

¹⁰ Neste sentido os/as estudiosas do tema adotam também o conceito de transmigrante. “É quem, como parte de sua vida cotidiana, ajuda a construir e a manter instituições sociais, organizações e práticas que superam fronteiras nacionais”; esta definição inclui o fato que a migração não é necessariamente unidirecional ou definitiva; ao contrário, “um número significativo de pessoas (transmigrantes) orienta suas vidas tomando mais do que um estado-nação como sua base sistemática”. Cf. GOLDRING, Luin. “The Mexican State and Transmigrant organizations: Negotiating the Boundaries of Membership and Participation”, in *Latin American Research Review*, v. 37, n. 3, 2002, pp. 59, APUD Linda Basch, 1994.

¹¹ Cf. GARCIA ZAMORA, Rodolfo. “Los retos económicos de las organizaciones de migrantes Mexicanos en Estados Unidos: el caso de las federaciones de Clubes Zacatecanos”, in <http://www.mexnor.org/programs/TRP/Abril%20garcia%20rodolfo.pdf>.

econômico, porque se afirmam por seu capital social e humano e não pelo capital financeiro:

As diferentes atividades transnacionais, com o tempo, podem evoluir para converterem-se na forma de adaptação daqueles grupos que buscam fugir do destino de ser mão-de-obra barata, tanto no país de origem como de destino. Vale a pena lembrar, todavia, que os paralelos entre o transnacionalismo *desde arriba*, auspiciado pelas corporações multinacionais e suas contrapartes de origem popular são somente parciais. Apesar de ambos fazerem um amplo uso das novas tecnologias e estarem sujeitos aos diferenciais de preços, custos e informações através das fronteiras nacionais. Os grandes atores corporativos dependem principalmente de seu poder financeiro /.../ enquanto os imigrantes dependem de seu capital social. As redes sociais nas quais se sustenta a viabilidade das pequenas empresas, se constroem mediante um lento e normalmente difícil processo de adaptação à sociedade estrangeira. O êxito inicial desta estratégia de adaptação, conduz, por sua vez, à extensão e ao fortalecimento de tais redes. Desta forma, a empresa transnacional se estabelece em base a um processo acumulativo capaz de utilizar capital social de indivíduos e comunidades do Terceiro Mundo...¹².

1.2 As possibilidades na complexidade

As ambigüidades e efeitos perversos, que podem manifestar-se nos processos de criação e de atuação das organizações, podem ter maior ou menor força e produzir resultados diferentes. Sugerem-se algumas reflexões sobre estes aspectos para indicar como a complexidade não impede a gestão e, pelo contrario, pode desvelar novas potencialidades.

No contexto migratório, a complexidade é uma chance. Tal característica da complexidade, antes de ser referida às migrações é própria da globalização e da antropologia, para citar somente duas faces. Na dinamicidade dos fenômenos de mobilidade populacional e seus relativos processos sociais e culturais nos locais de origem, trânsito e destino, esta mesma característica é uma potencialidade. Desta possível riqueza os e as migrantes podem atingir e desfrutar. Suas organizações, provavelmente, são os atores privilegiados para recolher e promover tal fecundidade. Tal valorização depende de muitos fatores, entre eles, os objetivos a que se propõem efetivamente.

Segundo Carreiro Maria João

em contexto migratório, as associações assumem uma natureza específica. /.../ nascem em função de dois objetivos particulares: por um lado, assegurar a manutenção e perpetuação da cultura da comunidade imigrada no país de acolhimento: por outro, desenvolver estratégias que visem a promoção da inserção e integração dos imigrantes na sociedade que os acolhe¹³.

Golding dá um passo a mais sugerindo um terceiro objetivo: as lutas para que a emigração seja tema da pauta cotidiana também nos países de origem. De fato, “incorporar cidadãos que vivem no exterior como membros da nação”¹⁴ é uma decisão política por nada óbvia em um país de emigração... Trata-se de uma decisão de base de reconhecer ou não aos migrantes, o papel e a capacidade de serem “atores políticos”. Não é uma decisão formal, mas processos de interlocução e interação comprometida e participativa, com poder de implicar decisões econômicas e estratégicas. Nesta tarefa, o associativismo tem uma função imprescindível, pois a interlocução política não é favor individual, é processo coletivo, por definição. A dificuldade está na complexidade, que por vezes se torna até impossibilidade de alcançar índices satisfatórios de efetiva representatividade das organizações e de suas lideranças respeito aos números e às características socioculturais e político-econômicas das respectivas coletividades. A emigração brasileira tem ainda quase todo este caminho pela frente e, portanto, também a chance de percursos qualitativamente melhores, quem sabe, de certos fluxos que antes de nós, fizeram caminho, migrando.

Entre os estudos sobre organizações de migrantes, emerge com frequência que as características do associativismo migratório não está somente ligado ao fato dos membros serem portanto migrantes, mas se configura também, a partir de uma síntese efetuada pelas pessoas implicadas entre processos internos aos grupos de imigrantes e as condições e políticas dos países de chegada, assim como da “utilização” pública do associativismo, feita pelas administrações locais, entre outras características histórico-políticas e sócio-econômico-culturais locais¹⁵. Reconhecidas normalmente como estratégias e espaço de exercício de cidadania, as associações podem conquistar de fato subjetividade social para si e para suas coletividades, na medida que aprendem a falar e a dominar a

¹² IDEM, p. 5.

¹³ CARREIRO, Maria João, *op. cit.*, p. 6.

¹⁴ Cf. GOLDRING, Luin. “The Mexican State and Transmigrant organizations: Negotiating the Boundaries of Membership and Participation”, in *Latin American Research Review*, v. 37, n. 3, 2002, p. 58.

linguagem direito-dever como interlocutoras, com poder de contratação junto às instituições públicas e outros sujeitos coletivos de uma realidade local de destino. Esta potencialidade, por vezes utópica, é o sentido mesmo do esforço organizativo, sobretudo neste momento de políticas sempre mais restritivas, e do aumento, em certos países em particular, de tendências e políticas que podem ser identificadas até mesmo por xenófobas. *A conditio sine qua non* é que, aos processos coletivos, agreguem-se também processos de consciência e politização das “bases”, independentemente de uma participação real ou não ao grupo efetivamente associado-se em torno de uma ou outra pessoa jurídica que o Estado permite.

O associativismo em emigração aponta para a formação de uma nova idéia ou novo conceito de cidadania. Os autores que tratam o tema sugerem novas categorias como ‘cidadania transnacional’, anteriormente ‘cidadania universal’... sempre em torno da questão fundamental: é possível pensar que as migrações internacionais transformam a concepção de cidadania para quem vai e para quem fica / para quem chega no país e para quem já estava com a identidade e a condição de cidadania ameaçada ou vulnerabilizada? E mais, em que medida as ações transnacionais dos migrantes, de suas associações ou de suas instâncias governamentais ou estatais, permitem o desenvolver de dimensões novas e inovadoras de processos de acesso e construção de cidadania, independente do endereço onde a pessoa se encontra? Neste sentido, cabe ressaltar que o transnacionalismo é mais do que um modelo teórico para o estudos das migrações, para ser um modelo de integração, a partir de uma nova concepção da mobilidade de pessoas, não mais ou não somente unidirecional e linear, para um exercício de um direito de circulação: complexo, aberto, criativo e desestabilizador.

As atividades políticas dos migrantes em relação ao Estado receptor e de origem não podem ser compreendidas em sua totalidade pela simples razão que a produção de cidadania dos migrantes necessita ser vista em termos de longa duração no tempo. Trata-se de um processo social e historicamente construído antes da experiência migratória e posteriormente modificada por este evento. Isto se deve também ao fato que as instituições “construtoras de nação e cidadania”, no ocidente, usaram diferentes estratégias para alcançar uma cultura cívica comum e que respondem a processos construídos historicamente. Estes seriam os condicionantes estruturais, porém existe

¹⁵ Por exemplo, em Barcelona existiam, em 2004, 25 associações de imigrantes da África sub-sahariana, o que representava 27% de todas associações destes imigrantes na Espanha. Cf. BLAZQUEZ RODRIGUEZ, Maria Isabel; MAZARRASA ALVEAR, Lucia; OTERO GARCIA, Laura, op. cit., p. 759.

também uma dimensão individual e social, onde os excluídos do contrato político dos direitos e deveres cidadãos geraram diversos dispositivos de pressão com o propósito de serem incluídos na esfera da cidadania e, em muitos casos, gerar novos direitos cidadãos¹⁶.

Os mesmos autores afirmam que, no caso dos peruanos por eles estudados no artigo citado, para responder à “necessidade de ganhar maior legitimidade entre seus co-nacionais e o reconhecimento perante à sociedade civil chilena [as associações de peruanos buscaram] o acesso a recursos econômicos, sociais e culturais...”¹⁷ nas sociedades e instituições onde estavam. A estratégia parece indicar um menor papel instrumental do associativismo finalizado à conquista de direitos para dar lugar a uma visão mais intrínseca de subjetividade social de migrantes através de suas organizações, protagonistas em contextos multiculturais, seja junto às instituições locais ou junto aos próprios co-nacionais imigrantes. Não necessariamente só nos contextos de chegada, como também com incidência nos países de origem. O associativismo brasileiro no exterior está ainda muito longe de ter alguma forma eficiente de transnacionalismo incisivo nas realidades de origem e não se sabe se é isto que se quer ou que vai acontecer. O foco, por enquanto, está mesmo na realidade de chegada, e isto deve-se provavelmente às condições sociais e político-legislativas em que se encontram e ao momento político internacional em tema migratório¹⁸.

1.3 Os ganhos emergentes

Entre ambigüidades e perplexidades, vale a pena sublinhar alguns ganhos efetivos que emergem das práticas e dos estudos sobre o tema do associativismo migratório, dentre os quais, alguns já se identificam claramente entre as entidades de união de brasileiros e brasileiras no exterior.

Primeiro indicador entre todos, a assunção do tema dos direitos humanos, não tanto como bandeira de reivindicação, mas como compromisso e estilo de organização, de

¹⁶ BARRIOS LICEA, Mariana; RUQUW BRAZAN, José Carlos. “La producion de la ciudadanía en la era de la migracion: el caso de las asociaciones politicas de los peruanos en Santiago de Chile (1996-2006)” apresentado no congresso internacional “Migraciones globales” realizado em Mazatlán, Sinaloa, México em março de 2007, p. 3. Fonte: <http://interpol.uasnet.mx/migracionesglobales/> .

¹⁷ IDEM, p. 23.

¹⁸ Cf. DELGADO WISE; Raúl; MARQUEZ COVARRUBIAS; Humberto; RODRIGUEZ RAMIREZ, Héctor. “Organizaciones Internacionales de migrantes y desarrollo regional en Zacatecas”, in *Migraciones Internacionales*, v. 2, n. 4, 2004, pp. 159-181. Na pagina 177 os autores falam de “sujeito social migrante, construtor de transnacionalismo ativo” potencialmente capaz de promover desenvolvimento regional alternativo [também nos locais de origem].

planejamento e de atuação. Autores se interrogam se o associativismo migratório não é ainda mais do que isto: às organizações de migrantes estaria sendo entregue a tarefa da construção de cidadania transnacional; um conceito que tenta recuperar a concepção de cidadania que os Estados-nações perderam¹⁹. Neste sentido, os migrantes em terra estrangeira têm autoridade para exigir que “o Brasil deve pautar nos acordos internacionais avanços no sentido de legalização e direitos sociais dos imigrantes”²⁰.

Outro indicador importante é a força da interlocução obtida com uma presença continuada e positiva de inserção em contextos de imigração, nos quais se integram progressivamente como cidadãos de fato, independentemente da condição administrativa e de um eventual projeto migratório provisório. “Os brasileiros longe de casa têm construído uma marca de povo trabalhador, solidificando seus vínculos organizativos e caminhando a passos largos para um reconhecimento no seio da sociedade norte-americana, mesmo que isso possa lhes causar uma contra-ofensiva por parte daquela sociedade em algumas localidades...”²¹.

A presença da noção de direitos humanos [entre associações de migrantes] /.../ é reveladora em muitos sentidos: a adoção deste discurso e o somar-se ao discurso também diferentes ações em defesa dos direitos humanos dos migrantes indicam que as associações iniciaram a estabelecer vínculos com outros grupos, em base a agendas afins, o que significa uma ampliação em suas redes e em seu panorama organizativo²².

Assim, este nexos entre associações de migrantes e direitos humanos pode ser visto como uma via de reencontro com toda a comunidade de origem, presente no país onde a associação atua.

Com os deslocamentos populacionais, outros processos humanos e socioculturais estão acontecendo com as pessoas e os grupos interessados diretamente por tais movimentos e que atingem as comunidades de chegada e de partida, pois são processos que produzem como resultado intrínseco a construção e fortalecimento de capital social. Capital este que circula em recursos, saberes, capacidades e processos geradores de mais capital social mundo afora. A partir destes processos os homens e as mulheres que emigraram estão conduzindo suas comunidades de origem em direção de um tipo de desenvolvimento mais

¹⁹ Cf. ESCALA RABADAN, LUIS. “Derechos humanos y asociaciones de migrantes mexicanos en california”, in *Migraciones Internacionales*, v. 3, n. 2, 2005, p. 94.

²⁰ Núcleos do PT de Madrid e de Lisboa ao Presidente Lula; Lisboa, 4 de julho de 2007.

²¹ Teresa Sales. “A Organização dos Imigrantes Brasileiros em Boston, EUA” in *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, 2005, p. 45.

social e cultural, contudo sem, necessariamente, ser menos econômico. Isto, através dos processos transnacionais gerados pelo envio de remessas e também pelo repasse de saberes, visões, experiências partilhadas e multiplicadas, capacitação e formação favorecida. Neste dinamismo, também as organizações se tornam espaços multiplicadores de estratégias, criatividade e até possibilidades.

Apesar dos estereótipos que já se produziram sobre as dificuldades ou até incapacidades dos brasileiros e brasileiras no exterior²³ constituírem-se em sujeitos coletivos, os encontros e iniciativas dos últimos anos e os vários mapeamentos que estão sendo realizados mostram um processo quantitativamente e qualitativamente consistente no sentido de produzir informações, saberes e propostas concretas de ações a serem efetivadas. Estas iniciativas estão dando força e poder de interlocução às entidades de união de brasileiros e brasileiras, mesmo sem negar os verdadeiros conflitos internos e as dificuldades de vários gêneros que os grupos, as famílias, os homens e as mulheres emigrantes atravessam²⁴.

2. A pesquisa sobre protagonismo de emigrantes brasileiros no mundo

A emergência do tema da emigração chamou a atenção para os problemas que os fluxos suscitaram ou trouxeram à evidência. A leitura e interpretação do fenômeno na perspectiva dos problemas gerados ou revelados pelo mesmo, concentra a atenção e os esforços de ação em um processo que facilmente conduz à vitimização dos atores dos fluxos migratórios. Resta a interrogação: é possível uma abordagem teórica e a busca de ações que reconheçam como sujeitos os protagonistas dos fluxos migratórios, que são os homens e as mulheres, as famílias e os grupos que deixaram o Brasil, neste caso, em

²² Cf. ESCALA RABADAN, LUIS. "Derechos humanos y asociaciones de migrantes mexicanos en California", in *Migraciones Internacionales*, v. 3, n. 2, 2005, p. 103.

²³ Cf. BRAGA MARTES, Ana Cristina. *Brasileiros nos Estados Unidos*. Um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

²⁴ As dificuldades de coesão e organização formal dos e das brasileiras podem ser explicados muito mais com as dinâmicas dos projetos migratórios individuais e das fases dos fluxos que com os preconceitos e divergências socioculturais originados supostamente 'típicos' dos emigrantes brasileiros e brasileiras. Cf. D'IGNOZA, Paola; PERSI, Rosella. *Migrazione femminile*. Discriminazione e integrazione tra teoria e indagine sul campo. Milano: FrancoAngeli, 2004. "...o simples fato de pertencer a um grupo é suficiente para dar lugar a um processo cognitivo através do qual são levadas ao exagero as diferenças entre o grupo de pertença e aquele externo, dando lugar àquela que vem definida como diferença categorial. De tal processo derivam os preconceitos cognitivos (*biases*), representados pelos estereótipos...; as distorções de memória...; a correlação ilusória (a percepção errônea de uma associação entre a frequência de um traço e a pertença a um grupo, não comprovados estatisticamente). /.../ Isto acontece cotidianamente na vida de relações no contato e confronto entre grupos dentro de uma mesma cultura, mas aparece com maior

busca de uma vida melhor em outras terras, outros países, outros contextos? É possível articular estudos e políticas que os/as incluam como protagonistas nos processos de produção de saber e de escolhas estratégicas, legislativas e políticas?

A resposta positiva a estas interrogações está na base da pesquisa sobre o protagonismo dos brasileiros e brasileiras no exterior e seu papel na defesa e promoção dos direitos humanos²⁵.

A pesquisa buscou ouvir pessoas que exercem alguma forma de protagonismo junto a ou em favor de brasileiros e brasileiras no exterior. As respostas foram uma forma de interlocução, entre outras que estão acontecendo entre entidades de união e de apoio aos emigrantes, e desta interlocução, os resultados que seguem sugerem algumas pistas de interpretação e de trabalho.

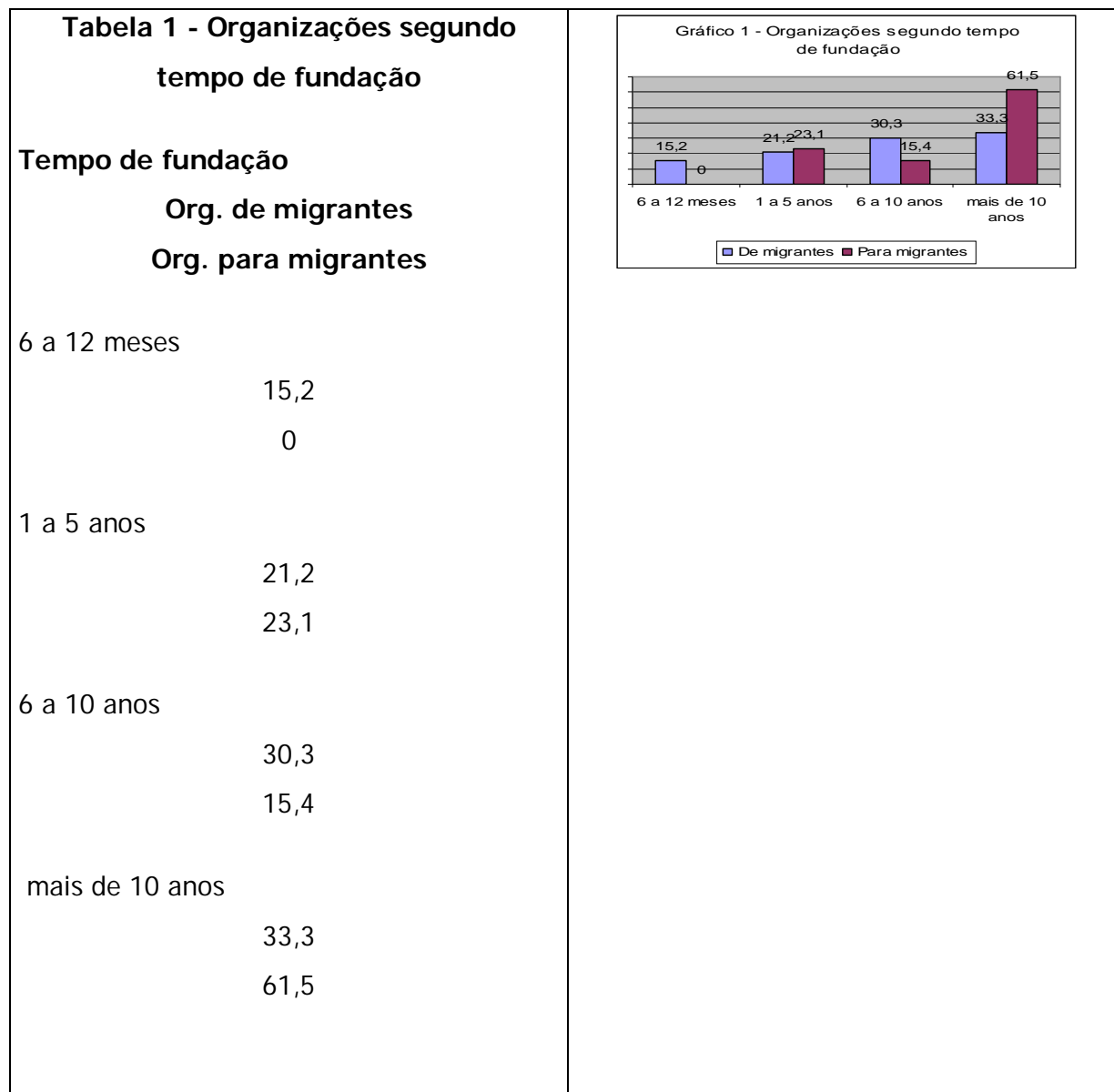
2.1 Os dados da pesquisa

As 44 organizações que responderam ao questionário permitem uma visão do perfil das associações de união – em numero de 33 – e de apoio – em numero de 13 – a brasileiros e brasileiras no exterior. Os critérios de elegibilidade²⁶ para responder ao questionário excluíram, certamente, entidades recentemente fundadas. Todavia, 63,6% das associações de união e 76,9% das entidades de apoio têm mais de 6 anos de fundação, das quais mais da metade tem mais de 10 anos. Esta estabilidade explica também o fato de um estatuto ser igual a 100% nas entidades de apoio e igual a 87,9% entre as entidades de união de migrantes.

evidência na percepção social em contextos multiculturais, onde os diversos de *nós* são percebidos como categorias sociais, antes que como indivíduos singulares, distintos por características pessoais”, pp. 51-52.

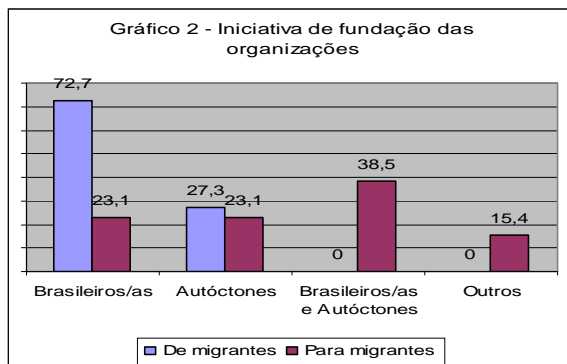
²⁵ A pesquisa incluiu dois questionários: um para informantes privilegiados e outra para organizações de e/ou para migrantes nos 7 países de maior presença de imigrantes brasileiros/as: Estados Unidos, Japão, Paraguai, Portugal, Inglaterra, Itália e Espanha. A pesquisa, coordenada pelo pesquisador Roberto Marinucci, foi realizada pelo CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios de Brasília entre outubro de 2007 e junho de 2008 e contou com a colaboração de pesquisadores, agentes e lideranças migrantes de todos os países citados. Até 09 de junho de 2008 responderam ao questionário 44 organizações, das quais 33 de união e 13 de apoio a migrantes; mais 22 informantes privilegiados, dos quais 8 pesquisadores, 7 lideranças religiosas, 4 migrantes que não participam de associações de migrantes, 2 autóctones e 1 diplomata.

²⁶ Mínimo de 7 membros, de 3 meses de fundação, presença de uma pessoa legitimada no papel de presidente ou coordenador (a) e uma sede para os encontros.



O protagonismo dos brasileiros e brasileiras no exterior aparece em diversas perguntas. Enquanto as entidades de apoio foram fundadas por diferentes atores, envolvendo em igual percentagem brasileiros ou brasileiras e autóctones, as entidades de união foram fundadas em 72,7% por brasileiros e brasileiras. A notar que em 27,3% dos casos, a fundar uma organização de união entre brasileiros foram autóctones, o que pode ser indicador do tipo de interação que as comunidades brasileiras no exterior alimentam com

as populações onde se inserem. O gráfico 2²⁷ mostra a diferença de iniciativa de fundação entre entidades de união e entidades de apoio.



A pesquisa revelou, por macro categorias, quem são os usuários e qual é o público alvo específico das organizações de ou para migrantes brasileiros e brasileiras no exterior. Merece um destaque a atenção das entidades de união de brasileiros e brasileiras a outras nacionalidades e a autóctones, em uma porcentagem de ao menos 54,6% de seus usuários, sendo que somente 27,3% exercem atividades em benefício unicamente de conacionais. Se, por um lado, as entidades de apoio referem-se a um público usuário de serviços de assistência, os usuários das entidades de união incluem participantes das muitas atividades semestrais ou anuais de cultura e folclore, religiosidade e arte brasileira, bagagem esta que os e as emigrantes são embaixadores/as do Brasil no mundo. Ao mesmo tempo, constituem-se em circuitos de apoio e solidariedade, principalmente, nas fases iniciais do projeto migratório, quando o estresse de transmigração marca em modo mais intenso as vivências, quando os migrantes sofrem, particularmente, saudades do Brasil.

Migrantes	Org. de migrantes	Org. para migrantes
Só brasileiros	27,3	0
Brasileiros e outros migrantes	36,4	61,5
Brasileiros e Autóctones	18,2	23,1
Outros	9,1	15,4
N/R	9,1	0

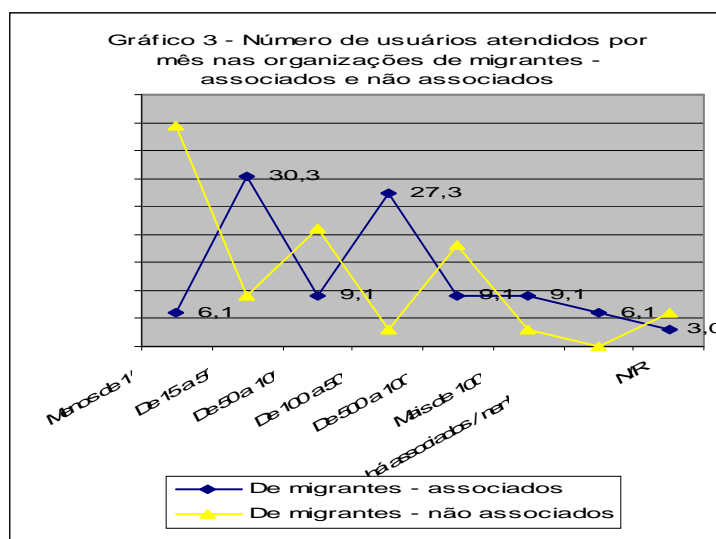
²⁷ Tabelas e gráficos elaborados por Yara Farias e Daniel Macelino, com base nos dados recolhidos pela pesquisa "Protagonismo dos brasileiros e brasileiras no exterior e seu papel na defesa e promoção dos

À pergunta sobre público alvo específico, as organizações responderam que, em cerca da metade destas, este é constituído mesmo de migrantes, independentemente da nacionalidade, enquanto que somente de 6 a 7% têm como público alvo específico migrantes de uma determinada religião. Destas, deve-se lembrar que o número de usuários por entidade é relativamente maior comparado à média das demais.

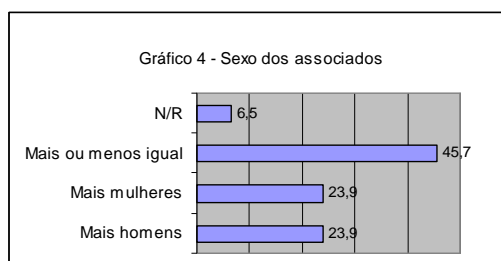
Quanto ao número de usuários atendidos pelas entidades de/ou para brasileiros e brasileiras no exterior, independentemente se associados ou não, o questionário recolheu muitos dados, como pode-se ver na Tabela 3. Das perguntas abertas e semi-abertas foi possível obter a informação que o número de usuários mensalmente relevante refere-se principalmente, a eventos culturais e religiosos. Uma grande parte das atividades de tais entidades, de fato, concentra-se em iniciativas de recuperação, valorização e divulgação de aspectos artísticos e culturais brasileiros. Por outro lado, as iniciativas que contam com números inferiores a 100 usuários por mês, referem-se principalmente a atividades formativas, culminando com as atividades com menos de 50, que são, em sua grande maioria, de assistência direta, tendo periodicidade até diária ou semanal, como são os centros de acolhida, orientação, atendimento e assessoria a migrantes brasileiros e brasileiras no exterior. Muito destes, (61,5%) são entidades de apoio que assistem migrantes de todas as nacionalidades respondendo a diferentes necessidades, sobretudo sociais e jurídicas. O Gráfico n. 3 mostra a incidência das entidades de união de brasileiros e brasileiras na atuação junto aos próprios co-nacionais em atividades de atendimento individual, com um pico de 39,4% dos usuários por mês implicados em atividades de assistência personalizada, enquanto que 45,5% das organizações têm associados que participam de eventos com números de 100 a mais de 1000 pessoas, como é o caso das reuniões de culto e das festas culturais e recreativas.

Tabela 3 - Número de usuários atendidos por mês nas organizações - associados e não associados				
Número de usuários	Associados - Percentual		Não associados - Percentual	
	Org. de migrantes	Org. para migrantes	Org. de migrantes	Org. para migrantes
Menos de 15	6,1	7,7	39,4	0
De 15 a 50	30,3	0	9,1	7,7

De 50 a 100	9,1	7,7	21,2	61,5
De 100 a 500	27,3	38,5	3,0	7,7
De 500 a 1000	9,1	15,4	18,2	0
Mais de 1000	9,1	7,7	3,0	15,4
Não há assoc.	6,1	23,1	0	0
N/R	3,0	,0	6,1	7,7



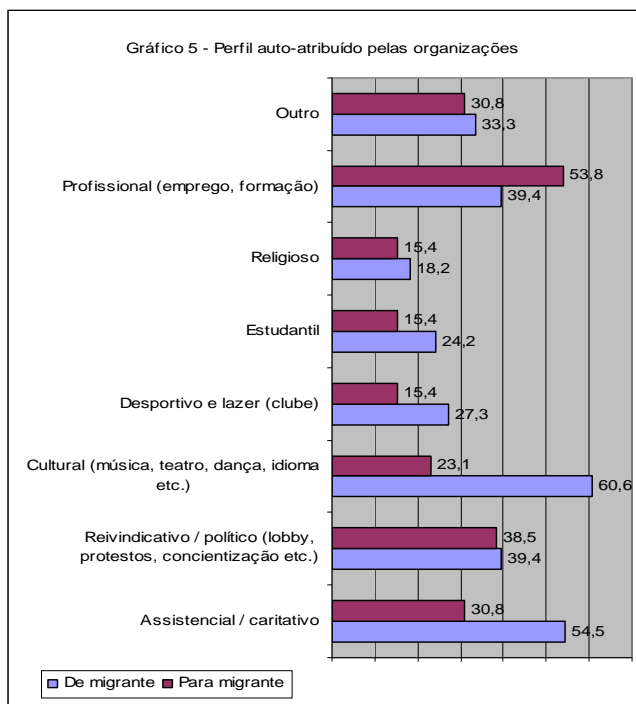
As organizações entrevistadas têm, em 45,7% dos casos, um número mais ou menos igual de homens e de mulheres; todavia, merece destaque o fato que 23,9% de tais entidades têm prevalência masculina e, na mesma porcentagem, outras entidades tem prevalência feminina, o que indica uma diversificação de gênero em ao menos 47,8% das entidades, que, deste modo, respondem a exigências e interesses diferenciados para homens e para mulheres. Ver Gráfico n. 4.



Interrogadas sobre o perfil que se auto-atribuem as entidades entrevistadas, as mesmas indicam uma prevalente característica assistencial à qual deve-se unir as respostas que indicaram a resposta 'profissional', por ser o emprego e a formação ao trabalho um dos aspectos de maior necessidade entre os migrantes. A sublinhar os 60,6% de entidades de união com o foco cultural em destaque. Outra porcentagem expressiva é composta por

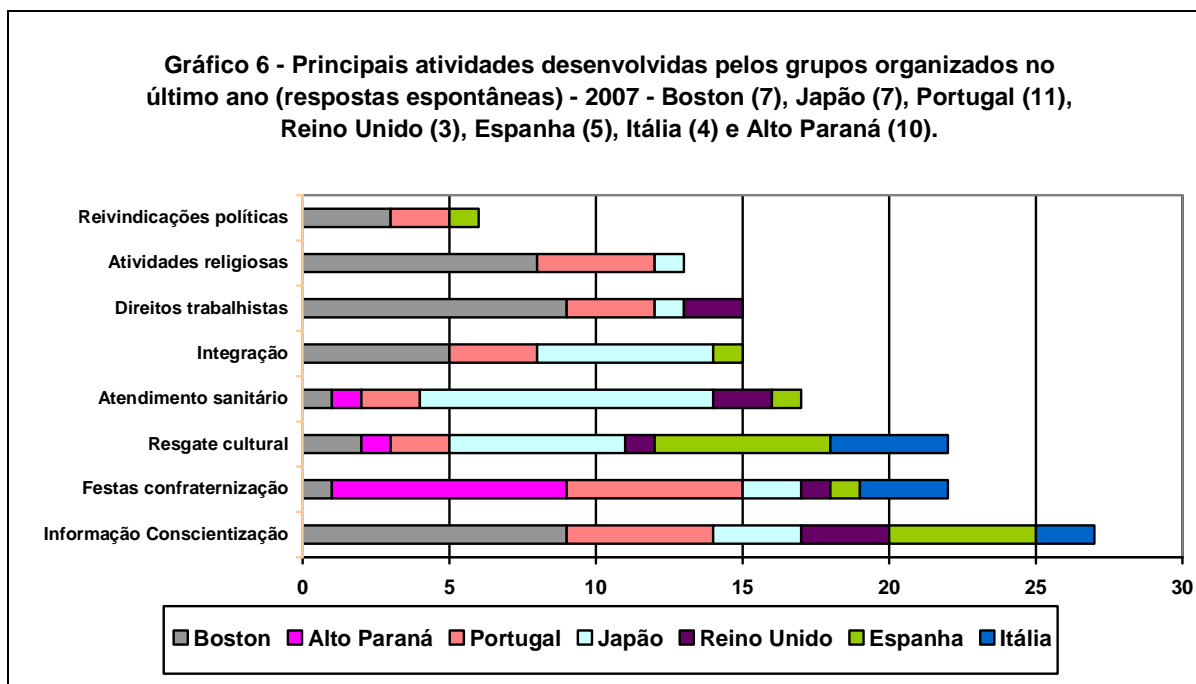
entidades de ou para migrantes que se atribuem uma característica reivindicativa pelos direitos humanos das pessoas em mobilidade.

Perfil	Org. de migrantes	Org. Para migrantes
Assistencial / caritativo	54,5	30,8
Reivindicativo / político (lobby, conscientização etc.)	39,4	38,5
Cultural (música, teatro, dança, idioma etc.)	60,6	23,1
Desportivo e lazer (clube)	27,3	15,4
Estudantil	24,2	15,4
Religioso	18,2	15,4
Profissional (emprego, formação)	39,4	53,8
Outro	33,3	30,8



Como pode ser comprovado pelo gráfico abaixo, as atividades de informação, formação e conscientização têm um destaque, especialmente na área de Boston. A preocupação com a integração antecede, em números, a preocupação pelo resgate e preservação da cultura brasileira, embora, neste item, deve ser considerada também a questão das festas e confraternizações.

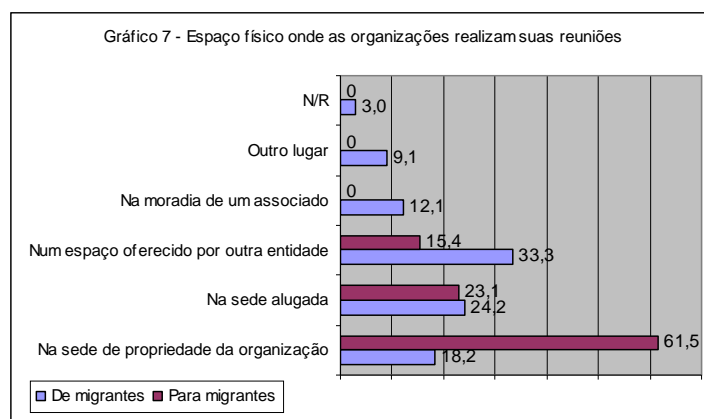
Entre os principais serviços oferecidos, a preocupação central diz respeito ao trabalho, à saúde e ao atendimento religioso. Menos presente, talvez por ser mais complexo, o trabalho de reivindicação política. Finalmente, (Gráfico n. 6²⁸) ocupam um espaço muito importante, principalmente em Portugal e Paraguai (Alto Paraná), as atividades festivas e de confraternização, incluindo também as atividades esportivas.



Considerando as transformações que os fluxos e as etapas dos projetos migratórios dos sujeitos migrantes passam no decorrer do acontecer do fato migratório, a pesquisa queria saber das entidades se estas também mudaram no transcorrer do tempo. A média de 76,3% respondeu que permaneceu com as mesmas finalidades desde sua fundação até o presente; todavia, em 25,9% dos casos, registraram-se mudanças na metodologia de trabalho e 15,4% das entidades de apoio mudou de público alvo, o que deve-se entender, na maioria dos casos, que o usuário migrante foi incluído entre os destinatários.

Também era um interesse da pesquisa entender qual as fontes de financiamento e a autonomia em infra-estruturas das entidades entrevistadas. Entre as de união de brasileiros e brasileiras no exterior, somente 18,2% tem sede própria, em sua maioria entidades de cunho religioso. Entre as demais, 24,2% pagam aluguel do espaço físico onde realizam suas atividades e 45,4% se encontram em espaço físico cedido por outra instituição ou utilizam a moradia de um dos associados como sede. Fazem a diferença as entidades de apoio aos migrantes, das quais 61,5% tem sede própria.

²⁸ Elaboração de Roberto Marinucci com base nos dados da Pesquisa.



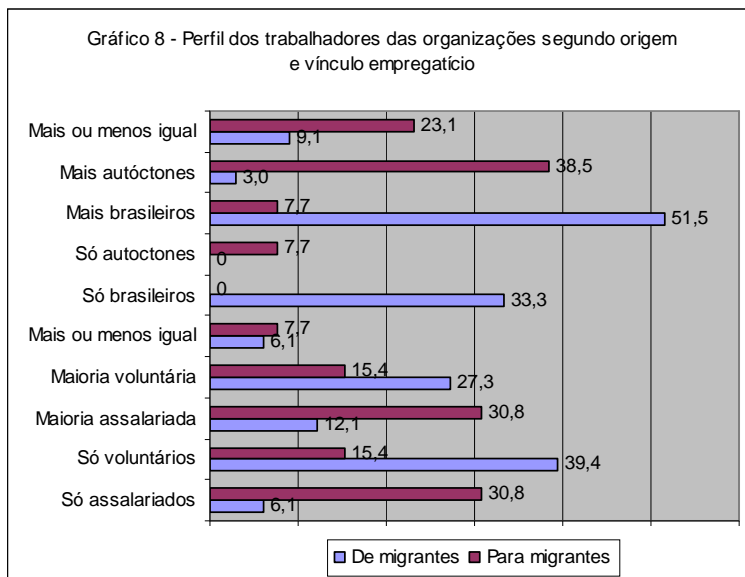
A Média de 57,2% das entidades vivem de doações e de cotas de seus membros. Se a este dado se acrescentam as entidades financiadas prevalentemente por atividades de autofinanciamento, alcança-se um total de 88,5% de entidades que se financiam autonomamente, sem contar com recursos externos. Outro dado deve ser ressaltado: a média de 22,1% das entidades apóiam-se em financiamento público dos países de imigração, o que é considerado pelos estudiosos de associativismo como fator de inserção e participação em processos locais de cidadania. O acesso a financiamento *in loco* sugere uma maturidade das organizações e um *know how* expressivo. Resta a pergunta se este elemento é também indicador de uma tendência à estabilização dos migrantes nos respectivos territórios.

Tabela 5 - Fontes de recursos das organizações

Fontes de recursos	Org. de migrantes	Org. para migrantes
Doações ou cotas de membros	60,6	53,8
Patrocinadores	27,3	15,4
Venda de produtos / autofinanciamento	24,2	38,5
Financiamentos governamentais do país de origem	3,0	0,0
Financiamentos governamentais do país de chegada	21,2	23,1
Financiamentos de outras associações / entidades do país de origem ou onde está localizada	9,1	15,4
Outros recursos	33,0	15,4

Entre as entidades de união e de apoio, a pesquisa indagou sobre o perfil das pessoas que trabalham nestas organizações. A situação muda, até radicalmente, no caso de entidades

de apoio em relação às entidades de união. Estas têm uma percentagem de 66,7% entre só voluntários ou maioria voluntários, enquanto que as entidades de apoio podem contar com 61,4% entre só assalariados ou maioria assalariada. Quanto à nacionalidade, 84,8% das entidades conta com trabalhadores de nacionalidade brasileira ou com a maioria destes de nacionalidade brasileira. A notar enfim que 12,1% das entidades de união de brasileiros já conseguem contar com a maioria de seus trabalhadores assalariados, o que indica uma estabilidade e capacidade, que, em outros indicadores, não aparecia.



Merece uma nota, ainda, a relação das entidades de união e de apoio e emigrantes brasileiros e brasileiras sobre o tema das relações com o Brasil. Parece irrelevante, até o presente, o compromisso em temas específicos de desenvolvimento local; todavia, a relação com consulados e embaixadas é presente em 45,2% dos casos. As relações com referentes no Brasil parecem escassas: 30,8% são relações com pessoas conhecidas e somente 7,7% das entidades têm relações com instituições ou organismos presentes no Brasil. As entidades que declararam não ter alguma relação com o Brasil são 23,1%.

A última pergunta fechada da entrevista apresentou uma lista de 30 tipos de atividades que uma entidade de união ou de apoio a migrantes pode desenvolver. As respostas divergem entre associações de união e de apoio. Entre as de união, as primeiras duas atividades com 66,7% das opções se focaliza no cultivo de relações e espaços de interação entre brasileiros e, entre estes, e os autóctones; seguem, com 63,6% das opções, as atividades de manutenção da cultura de origem e de orientação ao acesso aos serviços sociais de base. Dois tipos de atividades não foram indicadas por nenhuma entidade: o apoio no envio das remessas, que aparece do mesmo modo em outra

pergunta da pesquisa como a menor dificuldade encontrada pelos emigrantes brasileiros e, as casas de acolhida temporária, a última provavelmente pela complexidade que comporta, indicada todavia pelas entidades de apoio com uma porcentagem de 7,7%. Pouco mais de um quinto das opções indicou atividades de ajuda e informação sobre o retorno dos migrantes ao Brasil. A porcentagem de atividades de reforço escolar das entidades de união é de somente 9,1%, concentradas sobretudo no Japão, o que indica uma emigração ainda jovem com números baixos ou até irrisórios de crianças e adolescentes. O mesmo dado sugere ainda que esta baixa porcentagem pode indicar que o tema ainda não é prioridade para as organizações, uma vez que a porcentagem passa a 15,4% para esta mesma atividade no caso das entidades de apoio. Atividades de apoio ao trabalho aparecem indicadas em diversas opções e, portanto, a porcentagem aparece diluída. Aos 39,4% de preferências para a orientação ao trabalho, deve-se unir, de certa maneira, os 6,1% da formação ao trabalho, os 30,3% das atividades sindicais, assim como parte dos 33,3% de cursos de língua do país de chegada.

Tabela 6 - Atividades desenvolvidas pelas organizações		
Atividades	Org. de migrantes	Org. para migrantes
Promoção e manutenção da cultura de origem	63,6	46,2
Cursos de língua portuguesa	27,3	23,1
Cursos de língua deste país	33,3	7,7
Atividades de formação religiosa	18,2	30,8
Atividades de mediação e integração cultural do país de chegada	45,5	53,8
Criação de espaços de socialização entre brasileiros/as	66,7	15,4
Atividades desportivas	21,2	23,1
Assistência sanitária e psicológica	36,4	38,5
Acolhida temporária dos migrantes recém-chegados	0	7,7
Orientação habitacional	30,3	7,7
Cursos de formação profissional para o trabalho	6,1	30,8
Assistência e orientação ao trabalho	39,4	46,2
Orientação ao acesso a serviços sociais (saúde, educação)	63,6	38,5
Orientação genérica às necessidades do migrante	51,5	38,5
Reforço escolástico e assistência aos menores	9,1	15,4
Conscientização sobre direitos garantidos pelo Estado	51,5	53,8
Serviço de tradução a brasileiros que não conhecem a língua	42,4	15,4
Orientação para questões de documentação	57,6	61,5

Atividade política e sindical	30,3	15,4
Divulgação de notícias e informações na mídia	57,6	38,5
Assessoria jurídica (<i>advocacy</i>)	33,3	46,2
Favorecimento do envio de remessas ao país de origem	0	15,4
Atividades de contato e diálogo entre migrantes e autóctones	66,7	61,5
Coleta de dinheiro a financiar projetos de desenvolvimento no Brasil	12,1	0
Organização de palestras e eventos sobre migração ou temas afins	48,5	38,5
Relações com partidos políticos do lugar	18,2	23,1
Relações com entes públicos do lugar	54,5	69,2
Orientações para o retorno do migrante para o Brasil	21,2	23,1
Lugar de culto religioso	18,2	30,8
Outras	15,2	7,7

2.2 Questões abertas

Do tema da alteridade intrínseca, que desafia hoje o Brasil a falar de si dialogando com seus filhos e filhas que vivem mundo afora, as respostas das entidades de união e de apoio de brasileiros e brasileiras no exterior nos sugeriram muitos indicadores de suas realidades e hipóteses de percursos com vistas às políticas e aos esforços na defesa e promoção dos direitos humanos. Muitas são as questões que permanecem abertas sobre o tema. Neste espaço não é possível aprofundá-las, portanto, seguem somente algumas indicações, valorizando em particular as respostas dos informantes privilegiados que participaram da pesquisa²⁹.

Uma das questões abertas é até que ponto as entidades de união representam de fato os e as migrantes presentes num determinado território. A representatividade, neste contexto, pode ser avaliada a partir da participação de brasileiros nesses grupos organizados e/ou na capacidade dos próprios grupos de ser voz e porta-voz da comunidade brasileira, apesar de uma representatividade numérica talvez menos relevante. Em relação a Boston, por exemplo, de acordo com um pesquisador brasileiro, apesar da presença de centenas de milhares de brasileiros na região³⁰, as organizações de migrantes não têm mais de 1.000 membros pagantes. Por outro lado, as pessoas que são atendidas no dia-a-dia ao longo do ano chegam a dezenas de milhares. As dificuldades na participação de brasileiros e brasileiras nesses

²⁹ Cf. nota 25.

³⁰ De acordo com o consulado, cerca de 350 mil.

grupos organizados dependem de muitos fatores. O principal condicionamento parece decorrer da finalidade imediata do projeto migratório. Os emigrantes “concentram muito do seu esforço em ganhar dinheiro e não querem dedicar muito tempo a participar ativamente de ONGs que lutam pelos seus direitos civis, trabalhistas, políticos, etc” (pesquisador de Boston). O mesmo argumento é sugerido por informantes do Japão, de onde vem a informação que os “participantes das atividades das organizações não são imigrantes atuais, são cônjuges de japoneses e funcionários residentes e os estudantes”.

Uma segunda questão aberta está nas dinâmicas existentes entre as entidades estudadas e as coletividades brasileiras nos respectivos contextos. Uma das principais é constituída pelos preconceitos. Uma liderança religiosa de Boston assim relata a visão comum que os imigrantes brasileiros têm dos grupos organizados, mesmo daqueles mais estruturados:

Mesmo sem conhecer, quando pergunto, por exemplo, a respeito do XXX em Boston, a resposta, na maioria das vezes é: não faz nada. Ora, nem sequer conhece, nunca foi a uma reunião, mas diz logo, “não faz nada”. Não pensam que imigrante pode fazer alguma coisa para imigrante. Há um descrédito ou desconfiança nos brasileiros (não saíram do Brasil somente pelo desejo de conhecer um outro país!).

Outra liderança aponta três causas fundamentais da dificuldade de agregação entre brasileiros em Massachussets: “a desunião, a percepção de que qualquer pessoa tem sempre a intenção de tirar proveito do imigrante e o desejo de se manter no incógnito, não correndo o risco de ser identificado”. Uma liderança comunitária brasileira em Portugal sustenta que, às vezes, alguns migrantes têm resistências em relação ao tipo de abordagem desenvolvida por determinadas associações (“promove o estereotipo do brasileiro”), optando, ao contrário, por assumir uma postura mais integrada – ou assimilada? – “Muitos brasileiros dizem não gostar de estar sempre com brasileiros, e tentam a uma inserção mais individual, penso que é porque muitos internalizam os estereótipos que existem em Portugal sobre os brasileiros”.

Outra questão que interroga a pesquisadores e lideranças refere-se, em particular, às entidades de união de brasileiros e brasileiras e seu papel junto às instituições públicas brasileiras: quais possibilidades? Qual a força real e os canais efetivos a valorizar para a defesa e promoção de uma cidadania brasileira em outras terras? Para estas perguntas, o questionário não ajudou e as perguntas abertas não foram além de uma confirmação de que um papel imprescindível é reservado às formas organizativas, pois sozinhos os emigrantes não conseguem nem mesmo interlocução. O momento é propício para o debate, mas as hipóteses de respostas deverão ser trabalhadas conjuntamente com todos os atores.

Uma última questão aberta a ressaltar é a jovem emigração brasileira e, portanto, o fato que a maioria dos e das emigrantes vivem ainda em uma fase inicial do projeto migratório, o que explica muitos dos temas de interesse, dos riscos e problemas vividos e da fisionomia das respectivas entidades. Para utilizar uma expressão de Teresa Sales, a “redefinição da expectativa temporal”³¹, sobretudo ao adiar de forma indeterminada o retorno ao Brasil, implica uma nova consciência e uma nova maneira de interpretar a presença e as prioridades. Esta situação, em princípio, pode gerar duas possibilidades: um maior comprometimento em grupos organizados a fim de reivindicar os próprios direitos ou então, uma menor participação em grupos étnicos, na tentativa de acelerar o processo de integração na sociedade de chegada. Uma liderança religiosa do Japão relata que a participação de brasileiros em grupos organizados solidários é bastante esporádica, de acordo com a “cultura de temporaneidade” do próprio processo migratório. Isso, no entanto, “tende a mudar, conforme ele vai decidindo de ficar no Japão”.

Finalmente, cabe destacar a função das igrejas e outros grupos religiosos na interação e participação em processos de elaboração do estresse inicial de transmigração e das sucessivas etapas, no sentido de integrar percursos de socialização e integração: registra-se um reconhecimento das comunidades religiosas enquanto espaços de encontro e partilha. Segundo uma liderança religiosa:

quem tem um poder de reunir, um espaço onde os brasileiros freqüentam são as igrejas. É um lugar onde as pessoas se conhecem, partilham informações, atualizam as fofocas, conseguem as cópias dos CD's e DVD's das duplas sertanejas”. Mesmo assim, “quando se faz uma convocação é para uma discussão sobre alguma questão ligada a imigração, o número que vem é bem pequeno.

Em relação ao Japão, um pesquisador sustenta que “uma maioria participa (como colegas/clientes ou como membros) nas entidades religiosas (tanto católicas como budistas e evangélicas), isso é um traço realmente forte”.

O tema das entidades de união e de apoio a emigrantes brasileiros e brasileiras, seu papel em tema de cidadania e sua configuração se desenvolve com a diversificação dos fluxos e sua consolidação; e, em particular, com as transformações das políticas migratórias no Brasil e

³¹ SALES, Teresa. Identidade étnica entre imigrantes brasileiros na Região de Boston, EUA. In: REIS, Rossana Rocha e SALES, Teresa (orgs). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Jinkings, 1999, p. 21.

nos respectivos países. O monitoramento destes processos poderá ensinar e fortalecer o compromisso que hoje está ainda dando passos iniciais.

Bibliografia essencial

BLAZQUEZ RODRIGUEZ, Maria Isabel; MAZARRASA ALVEAR, Lucia; OTERO GARCIA, Laura. "Aproximación a las asociaciones africanas como agentes de salud en sus comunidades inmigrantes. Experiencias desde la práctica". Trabajo del grupo del Departamento de Programas de Salud. Escuela Nacional de Sanidad. Instituto de Salud Carlos III. *Interculturalidad* – Suplementos n. 11, junio 2004, pp. 71-90.

BRAGA MARTES, Ana Cristina. *Brasileiros nos Estados Unidos*. Ume estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARREIRO, Maria Joao. "Dinamicas transnacionais protagonizadas por Associações de Migrantes Guineenses em Portugal". *Ces- Centro de Investigação e Estudos de Sociologia*, e-Working Paper n. 26/2007, 28 p. http://www.cies.iscte.pt/documents/CIES-WP26_Carreiro.pdf

CARVALHO, Flavio. "Eu sou o Brasil em mim". Barcelona: 2007. Disponível em: http://www.csem.org.br/artigos_port_artigos08.html

COMUNE DI REGGIO EMILIA. Area Servizi alla Persona. Centro per lo sviluppo delle relazioni interculturali. *Mondinsieme ...per partecipaRE la città. Le associazioni di immigrati a Reggio Emilia. Rapporto 2003*. 68 p.

DELGADO WISE; Raül; MARQUEZ COVARRUBIAS, Humberto; RODRIGUEZ RAMIREZ, Héctor. "Organizaciones Internacionales de migrantes y desarrollo regional en Zacatecas", in *Migraciones Internacionales*, v. 2, n. 4, 2004, pp. 159-181.

D'IGNOZA, Paola; PERSI, Rosella. *Migrazione femminile*. Discriminazione e integrazione tra teoria e indagine sul campo. Milano: FrancoAngeli, 2004.

ESCALA RABADAN, LUIS. "Derechos humanos y asociaciones de migrantes mexicanos en California", in *Migraciones Internacionales*, v. 3, n. 2, 2005, pp. 84-107.

GARCIA ZAMORA, Rodolfo. "Los retos económicos de las organizaciones de migrantes Mexicanos en Estados Unidos: el caso de las federaciones de Clubes Zacatecanos", in <http://www.mexnor.org/programs/TRP/Abril%20garcia%20rodolfo.pdf> .

GOLDRING, Luin. "The Mexican State and Transmigrant organizations: Negotiating the Boundaries of Membership and Participation", in *Latin American Research Review*, v. 37, n. 3, 2002, pp. 55-99.

MEO, Milena. *Lo straniero inventato*. Riflessioni sociologiche sull'alterità. Milano: FrancoAngeli, 2007.

ROCHA REIS, Rossana. *Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec, 2007.

SALES; Teresa. "A Organização dos Imigrantes Brasileiros em Boston, EUA", in *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, 2005, p. 45.